

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
elaboradas de acordo com o Manual de
Contabilidade do Setor Elétrico**

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias1

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial3

Demonstração do resultado5

Demonstração do resultado abrangente6

Demonstração das mutações do patrimônio líquido7

Demonstração dos fluxos de caixa.....8

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa Nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 7 de fevereiro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Recife, 14 de maio de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6



Henrique Piereck de Sá
Contador CRC PE023398/O-3

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.770	4.187
Aplicações financeiras	5	14.720	33.303
Concessionárias e permissionárias	6	7.675	9.308
Estoques		2.894	2.894
Tributos a recuperar	8	8.182	2.870
Despesas antecipadas		29	2
Outros créditos		102	96
		37.372	52.660
Não circulante			
Caixa restrito	7	11.560	12.560
Imobilizado	9	780.538	801.677
Intangível	10	38.757	37.911
		830.855	852.148
Total do ativo		868.227	904.808
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	10.842	13.155
Empréstimos e financiamentos	12	33.399	33.400
Tributos a recolher	8	2.168	1.185
Dividendos a pagar	16	-	17.134
Obrigações estimadas		808	778
Outras contas a pagar	13	8.715	11.840
		55.932	77.492
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	186.232	218.523
		186.232	218.523
Patrimônio líquido			
Capital social	16	570.000	570.000
Reservas de lucros		56.063	38.793
		626.063	608.793
Total do passivo e patrimônio líquido		868.227	904.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	17	81.675	84.566
Custos e despesas			
Pessoal		(5.521)	(5.008)
Material		(668)	(384)
Serviços de terceiros		(4.101)	(5.014)
Arrendamentos e alugueis		(437)	(646)
Custos de construção		(4.109)	(3.540)
Depreciação e amortização		(24.837)	(24.753)
Outras receitas operacionais, líquidas		7.424	103
		(32.249)	(39.242)
Resultado do serviço		49.426	45.324
Resultado financeiro	18		
Receita financeira		3.439	3.050
Despesa financeira		(17.944)	(19.330)
		(14.505)	(16.280)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		34.921	29.043
Imposto de renda e da contribuição social correntes:	15		
Imposto de renda		(3.793)	(81)
Contribuição social		(1.824)	(1.399)
		(5.617)	(1.480)
Lucro líquido do exercício		29.304	27.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	29.304	27.563
Outros resultados abrangentes do período	-	-
Resultado abrangente do período	<u>29.304</u>	<u>27.563</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros				Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	570.000	10.806	4.388	50.230	(21.860)	613.564
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(15.200)	-	(15.200)
Reversão de reserva de incentivos fiscais contabilizada a maior	-	-	(607)	-	607	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.563	27.563
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	3.799	-	-	(3.799)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	3.644	-	(3.644)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(17.134)	(17.134)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	570.000	14.605	7.425	35.030	(18.267)	608.793
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(12.034)	-	(12.034)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.304	29.304
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal	-	3.723	-	-	(3.723)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	3.415	-	(3.415)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	16.830	(16.830)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	570.000	18.328	10.840	39.826	(12.931)	626.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.921	29.043
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	24.863	24.753
Juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidos	16.298	16.139
Rendimento de aplicações financeiras	(2.483)	-
Valor residual da baixa de ativos	1.205	99
Créditos tributários extemporâneos	(8.088)	-
	66.716	70.034
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	1.633	(708)
Tributos a recuperar	3.376	(268)
Estoques	-	635
Despesas antecipadas	(26)	10
Outros créditos	(5)	(71)
	4.978	(402)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(2.313)	(10.381)
Tributos a recolher	(1.067)	1.604
Obrigações estimadas	29	(49)
Outras contas a pagar	(3.125)	(1.290)
	(6.476)	59.518
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.567)	(2.674)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.651	56.844
Atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(49.178)	12.676
Resgate de aplicações financeiras	70.748	-
Aplicações no imobilizado	(5.032)	(3.723)
Aplicações no intangível	(848)	(2)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	15.690	8.951
Atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(29.168)	(15.200)
Amortização de principal e juros de financiamentos	(48.590)	(50.647)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(77.758)	(65.847)
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(417)	(52)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.187	4.239
No final do exercício	3.770	4.187
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(417)	(52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional e concessões

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia assinou Contrato de Concessão ANEEL nº 22/2011, em 09 de dezembro de 2011, para Implantação e Exploração das Instalações de Transmissão constantes do “Lote L”, do Leilão ANEEL nº 004/2011.

O leilão teve como objeto a concessão do Sistema de Transmissão, composto por 08 (oito) Linhas de Transmissão e duas subestações conforme descrito a seguir:

- Subestação Pau Ferro 500/230 kV – 1.500 MVA, ampliação das Subestações Luiz Gonzaga 500 kV e Campina Grande III 500 kV, além de um vão de entrada de linha 230 kV na Subestação Angelim I;
- Subestação Garanhuns 500/230 kV – 600 MVA;
- Linha de Transmissão 500 kV Luiz Gonzaga – Garanhuns C2, circuito simples (218 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Pau Ferro, circuito simples (209 km);
- Linha de Transmissão 500 kV Garanhuns – Campina Grande III, circuito simples (194 km);
- Linha de Transmissão 230 kV Garanhuns – Angelim I, circuito simples (12 km);
- Quatro linhas de transmissão na extensão de 170,2 km foram implantadas pela Companhia e transferidas para a CHESF, por obrigação do contrato de concessão.

O empreendimento está localizado em 51 municípios, distribuídos nos Estados de Pernambuco (89%), Alagoas (6%) e Paraíba (5%).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional e concessões--Continuação

Municípios atendidos:

- a) Pernambuco: Petrolândia, São João, Escada, Jatobá, Angelim, Cabo de Santo Agostinho, Tacaratu, Jupi, Vitória de Santo Antão, Calçado, Chã de Alegria, Lajedo, Glória do Goitá, Bezerras, Gravatá, Camocim de São Félix, Itaiba, Cachoeirinha, Canhotinho, Paudalho, Tupanatinga, Tacaimbó, Ibirajuba, Tracunhaém, Passira, Buíque, Lagoa de Itaenga, Carpina, Belo Jardim, Jurema, Araçoiaba, Águas Belas, Brejo da Madre de Deus, Panelas, Igarassu, Pedra, Caruaru, Altinho, Paranatama, Taquaritinga do Norte, Agrestina, Caetés, São Joaquim do Monte e Garanhuns.
- b) Paraíba: Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Queimadas, Barra de Santana e Campina Grande.
- c) Alagoas: Mata Grande e Canapi.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	08/12/2041	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 17.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias e societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis para fins Regulatórios não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 21, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 14 de maio de 2020.

3. Principais práticas

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas e apresentadas nas demonstrações contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Contas a receber – Concessionárias e Permissionárias

A Companhia tem direito à Receita Anual Permitidas (RAP) pela disponibilização das instalações de transmissão de energia elétrica reajustada e revisada anualmente (Nota 17).

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas--Continuação

3.2 Imobilizado em serviço e curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.4 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita referente à transmissão de energia é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas--Continuação

3.5. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2018 e 2019:

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis, e conforme descrito no item 3.15 das demonstrações contábeis societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de performance.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" e arrendamentos de curto prazo.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para pagamentos futuros e um ativo representando o direito de usar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também reavaliam o passivo do arrendamento na ocorrência de eventos como, mudança no prazo do arrendamento, nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais práticas--Continuação

3.5. Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo órgão regulador--Continuação

CPC 06 (R2) – Arrendamentos--Continuação

Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	3.768	4.185
	<u>3.770</u>	<u>4.187</u>

5. Aplicações financeiras

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Circulante:		
Fundos de investimentos	14.720	33.303
	<u>14.720</u>	<u>33.303</u>

A Companhia concentra as suas aplicações financeiras no Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI, constituído para investimento exclusivo pela Companhia, e outras controladas do Grupo CTEEP em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI. Em 2019, o fundo registrou um rendimento acumulado de 5,94% (2018: 6,42%).

A composição da carteira em 31 de dezembro de 2019 e 2018 reflete principalmente aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais, letras financeiras, debêntures, CDB pós-fixado e depósitos à vista.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Encargos de uso da transmissão a receber	7.675	9.308
	7.675	9.308

7. Caixa restrito

O saldo do caixa restrito refere-se a contas de reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do caixa restrito é R\$ 11.560 (R\$ 12.560 em 31 de dezembro de 2018).

8. Tributos a recuperar e a recolher

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	1.078	1.550
IRPJ e CSLL estimativa	923	995
IRPJ retido na fonte	495	209
CSLL retido na fonte	37	19
PIS retido na fonte	12	13
COFINS retido na fonte	54	58
PIS recolhido a maior	29	-
COFINS recolhido a maior	134	-
IRPJ recolhido a maior	309	-
IRPJ saldo negativo	3.405	-
CSLL recolhido a maior	304	-
CSLL saldo negativo	1.377	-
Outros tributos a recuperar	25	26
	8.182	2.870
Passivo		
Circulante		
CSLL	1.194	184
PIS a recolher	144	158
COFINS a recolher	664	731
Outros tributos a recolher	166	112
	2.168	1.185

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Custo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Custo em 31/12/2019	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Em serviço:							
<u>Transmissão</u>							
Terrenos	4.994	-	-	4.994	-	4.994	4.994
Edificações	16.088	47	-	16.135	(2.448)	13.687	14.216
Máquinas e Equipamentos	838.280	1.679	-	839.959	(104.142)	735.816	758.320
Móveis e Utensílios	100	-	-	100	(27)	73	80
	859.462	1.726	-	861.188	(106.617)	754.571	777.610
<u>Administração</u>							
Máquinas e equipamentos	1.132	239	-	1.371	(240)	1.131	986
Veículos	167	1.294	-	1.461	(113)	1.348	151
Móveis e utensílios	164	13	-	177	(50)	127	123
	1.463	1.546	-	3.009	(403)	2.606	1.260
Em curso:							
Serviços de terceiros	19.119	-	(1.205)	17.914	-	17.914	19.119
Outros	3.687	1.760	-	5.447	-	5.447	3.687
	22.806	1.760	(1.205)	23.361	-	23.361	22.806
	883.731	5.032	(1.205)	887.558	(107.020)	780.538	801.677

b) Taxas anuais de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019		2018	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Em serviço:					
<u>Transmissão</u>					
Terrenos		4.994	-	4.994	4.994
Edificações	2,82%	16.135	(2.448)	13.687	14.216
Máquinas e Equipamentos	2,82%	839.959	(104.142)	735.817	758.320
Móveis e Utensílios	2,82%	100	(27)	73	80
		861.188	(106.617)	754.571	777.610
<u>Administração</u>					
Máquinas e equipamentos		1.371	(240)	1.131	986
Veículos		1.461	(113)	1.348	151
Móveis e utensílios		177	(50)	127	123
		3.009	(403)	2.606	1.260
Em curso:					
Serviços de terceiros		17.914	-	17.914	19.119
Outros		5.447	-	5.447	3.687
		23.361	-	23.361	22.806
		887.558	(107.020)	780.538	801.677

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Imobilizado--Continuação

c) Composição das adições

	Materiais Equipamentos	Outros gastos	Total
Maquinas e equipamentos	1.917	-	1.917
Veículos	-	1.294	1.294
Móveis e Utensílios	-	14	14
Outros	-	1.807	1.807
Total das adições	1.917	3.115	5.032

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

(a) Composição

	Custo em 31/12/2018	Adições	Custo em 31/12/2019	Amortização acumulada	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Em serviço:						
Servidões	37.016	-	37.016		37.016	37.016
Softwares	59	-	59	(59)	-	-
	37.075	-	37.075	(59)	37.016	37.016
Em curso:						
Servidões	895	848	1.743	-	1.743	895
	895	848	1.743	-	1.743	895
	37.970	848	38.818	(59)	38.757	37.911

O ativo intangível refere-se, principalmente: (i) servidões vinculadas ao direito de passagem das linhas de transmissão.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Intangível--Continuação

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

11. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para implementação, operação, e manutenção da infraestrutura de transmissão e está assim representado:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores de materiais e serviços	<u>10.842</u>	<u>13.155</u>
	<u>10.842</u>	<u>13.155</u>

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

Moeda nacional	Juros de curto prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo	Adimplente?	Data da Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES 132117210 10 (i)	577	32.822	186.232	219.631	Sim	Jan/14	Recebíveis	TJLP	2,05 a 3,50%	15/01/19	Mensal	15/01/19	15/12/28	Mensal	SAC

- (i) Em 2013, a Companhia obteve recurso junto ao BNDES para financiar a implementação da infraestrutura das linhas de transmissão e subestações constantes no contrato de concessão nº 022/2011-ANEEL, com amortização em até 168 parcelas mensais a partir de 15 de janeiro de 2015.

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e estão amortizando nas mesmas bases de amortização dos empréstimos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(b) Vencimentos a longo prazo

Vencimento por exercício:	2019	2018
2020	-	32.707
2021	32.923	32.707
2022	32.923	32.707
2023	28.241	27.945
2024	18.500	18.421
Após 2024	73.645	74.036
	186.232	218.523

(c) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2019	2018
Saldo inicial	251.923	283.439
Juros incorridos	16.298	19.131
Amortização de principal e juros	(48.590)	(50.647)
Saldo final	219.631	251.923

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. Em 31 de dezembro de 2019, os referidos índices foram cumpridos.

13. Outras contas a pagar

	2019	2018
Indenizações a pagar	5.697	8.466
Taxas regulamentares	3.018	3.279
Outras contas a pagar	-	95
	8.715	11.840

14. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia e processos administrativos de cobrança indevida do diferencial de alíquota do ICMS na SEFAZ-PE em 31 de dezembro de 2019, que totalizam aproximadamente R\$ 6.529 (R\$ 8.250 em 31 de dezembro de 2018), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos quase em sua totalidade como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Provisão para contingências--Continuação

Dentre as principais ações não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Processos nº 0001588-41.2013.4.05.8300 e 0003061-62.2013.4.05.8300 – Ação movida pela Usina Petribú S/A em face de indenização das servidões para passagem das linhas de transmissão, no montante de R\$ 10.744.

15. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	34.921	29.043
Alíquota de IR e CSLL (34%)	11.873	9.861
Adições (exclusões), líquidas	(2.841)	(4.737)
Incentivo fiscal	(3.415)	(3.644)
	(5.617)	(1.480)
Alíquota fiscal efetiva	16%	5%

Em 29 de dezembro de 2016, foi emitido o Laudo de Constituição nº 0220/2016 emitido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) onde aprova o direito ao benefício fiscal de redução de 75% do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis em favor da companhia com o período de fruição de 2016 a 2025. A fundamentação legal para o reconhecimento do direito é o Art. 1º da Medida Provisória nº 2.199/2014, de 24 de agosto de 2011, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 600.000

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 570.000, representado por 570.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	Quantidade de ações	%
Acionista		
CTEEP	290.700	51%
CHESF	279.300	49%
	570.000	100%

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido societário apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o estatuto da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2017, não houve dividendo mínimo obrigatório, visto que o resultado da companhia foi negativo.
- (iii) Reserva de incentivo fiscal: O valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), deve constituir reserva de capital da empresa e só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não podendo ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do benefício fiscal e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e demais penalidades cabíveis (art.19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.298/77).

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido societário do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2019	2018
Lucro líquido societário do exercício	74.458	75.979
(-) Reserva legal	(3.723)	(3.799)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(3.415)	(3.644)
Base de cálculo	67.320	68.536
Dividendos mínimos obrigatórios	16.830	17.134

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos--Continuação

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

A movimentação dos dividendos propostos e a pagar estão representadas a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo de dividendos no início do período	17.134	-
Dividendos aprovados anos anteriores	12.034	15.200
Dividendos propostos (a)	-	17.134
Dividendos pagos	(29.168)	(15.200)
Saldo de dividendos no fim do período	<u>-</u>	<u>17.134</u>

(a) Com base no Artigo 202, § 4º da Lei 6.404/76, a Administração da Companhia propôs à Assembleia a não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios por ser este incompatível com a situação financeira da Companhia. Ainda com base no Artigo 202, § 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixaram de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

17. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional		
Receita de transmissão de energia	95.501	97.354
	95.501	97.354
Deduções da receita operacional		
PIS sobre receita	(1.780)	(1.617)
COFINS sobre receita	(8.199)	(7.450)
ICMS sobre receita	(4)	-
ISS	(3)	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(346)	(335)
Pesquisa e Desenvolvimento - FNDCT	(346)	(335)
Pesquisa e Desenvolvimento - MME	(173)	(167)
Quota para reserva global de reversão – RGR	(2.578)	(2.500)
Taxa de fiscalização dos serv. de energia elétrica	(397)	(384)
	(13.826)	(12.788)
Receita operacional líquida	81.675	84.566

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Receita operacional líquida--Continuação

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(b) Parcela Variável – PV, adicional à RAP e Parcela de Ajuste - PA

A Resolução Normativa n.º 270 de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras devido a indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

(c) Reajuste tarifário anual

Em 21 de junho de 2016, foi publicada a Resolução Homologatória n.º 2.097, estabelecendo as receitas anuais permitidas da Companhia, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

18. Receitas e despesas financeiras

	2019	2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.483	3.083
Tributos sobre a receita financeira	(168)	(149)
Outras receitas financeiras	1.124	116
	3.439	3.050
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(16.298)	(19.131)
Outros	(1.646)	(199)
	(17.944)	(19.330)
Resultado financeiro	(14.505)	(16.280)

19. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros	Categoria	Nível	2019	2018
Ativos:				
Caixas e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	3.685	3.770
	Valor justo por meio do resultado	2	22.039	14.720
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	8.552	7.675
Concessionárias e permissionárias	Valor justo por meio do resultado	2	11.294	11.560
Caixa restrito				
Ativo contratual		-	1.119.753	1.107.540
Instrumentos financeiros	Categoria	Nível	2019	2018
Passivos:				
Fornecedores	Custo amortizado	-	8.864	10.842
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	211.390	219.631
Outras contas a pagar	Custo amortizado	-	8.865	8.715

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Estimativa do Valor Justo pode ser obtida utilizando-se os seguintes níveis de avaliação:

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos;
- Nível 3 – ativos e passivos que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo.

A totalidade dos instrumentos financeiros identificados pela Companhia foi valorizada conforme Nível 2.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados três cenários, sendo (i) cenário atual (provável) que é aquele adotado pela Companhia e (ii) cenário com deterioração de 25% da variável do risco considerado e (iii) cenário com deterioração de 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base em hipóteses de alterações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Vale lembrar que os cenários apresentados estão sujeitos a ajustes relevantes em função de variações de performance operacional da companhia, que podem influenciar o seu nível de endividamento e liquidez.

<u>Instrumento/operação</u>	<u>Índice</u>	<u>Taxa provável</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário atual</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	DI	5,94%	Redução DI	2.483	1.862	1.242
Empréstimos e financiamentos	TJLP	5,10%	Alta da Selic	(16.298)	(12.224)	(8.419)
Resultado projetado				<u>(13.815)</u>	<u>(10.362)</u>	<u>(7.177)</u>

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

20. Cobertura de seguros

A Empresa mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas subestações de transmissão de energia elétrica, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A vigência da apólice de seguros é 19 de dezembro de 2018 a 19 de dezembro de 2019.

A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

<u>Finalidade do seguro</u>	<u>Importância segurada</u>
Incêndio, queda de raio e explosão de bens do Imobilizado (Instalações)	31.340
Danos elétricos (Instalações)	7.460

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	2019			2018		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.770	-	3.770	4.187	-	4.187
Aplicações financeiras	14.720	-	14.720	33.303	-	33.303
Concessionárias e	7.675	-	7.675	9.308	-	9.308
Estoques	2.894	-	2.894	2.894	-	2.894
Ativo de concessão	87.415	(87.415)	-	87.414	(87.414)	-
Tributos a recuperar	8.182	-	8.182	2.870	-	2.870
Outros créditos	102	-	102	96	-	96
Despesas antecipadas	29	-	29	2	-	2
Total do ativo circulante	124.787	(87.415)	37.372	140.074	(87.414)	52.660
Não circulante						
Caixa restrito	11.560	-	11.560	12.560	-	12.560
Ativo de concessão	1.020.125	(1.020.125)	-	1.007.501	(1.007.501)	-
Imobilizado	2.652	777.886	780.538	1.260	800.417	801.677
Intangível	-	38.757	38.757	1	37.910	37.911
Ativo de direito de uso	322	(322)	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	1.034.659	(203.804)	830.855	1.021.322	(169.174)	852.148
Total do ativo	1.159.446	(291.219)	868.227	1.161.396	(256.588)	904.808

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2019			2018		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Passivo e patrimônio líquido						
Circulante						
Fornecedores	10.842	-	10.842	13.155	-	13.155
Empréstimos e financiamentos	33.399	-	33.399	33.400	-	33.400
Arrendamentos a pagar	279	(279)	-	-	-	-
Tributos a recolher	2.168	-	2.168	1.185	-	1.185
Dividendos a pagar	-	-	-	17.134	-	17.134
Obrigações estimadas	808	-	808	778	-	778
Outras contas a pagar	8.715	-	8.715	11.840	-	11.840
Total do passivo circulante	56.211	(279)	55.932	77.492	-	77.492
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	186.232	-	186.232	218.523	-	218.523
Arrendamentos a pagar	30	(30)	-	-	-	-
PIS e Cofins diferidos	103.317	(103.317)	-	102.134	(102.134)	-
Imposto de renda e contribuição	51.687	(51.687)	-	63.702	(63.702)	-
Total do passivo não circulante	341.266	(155.034)	186.232	384.359	(165.836)	218.523
Patrimônio líquido						
Capital social	570.000	-	570.000	570.000	-	570.000
Reservas de lucros	191.969	(135.906)	56.063	129.545	(90.752)	38.793
Total do passivo e patrimônio líquido	1.159.446	(291.219)	868.227	1.161.396	(256.588)	904.808

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2019			2018		
	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Receita operacional líquida	93.118	(11.443)	81.675	121.036	(35.958)	84.566
Custos e despesas						
Pessoal	(8.601)	3.080	(5.521)	(6.574)	1.566	(5.008)
Material	(668)	-	(668)	(382)	(2)	(384)
Serviços de terceiros	(4.101)	-	(4.101)	(5.057)	43	(5.014)
Arrendamentos e aluguéis	(268)	(169)	(437)	(646)	-	(646)
Custos de construção	(4.109)	-	(4.109)	(3.513)	(27)	(3.540)
Depreciação e amortização	(241)	(24.596)	(24.837)	27	(24.780)	(24.753)
Outras receitas (despesas)	7.425	(1)	7.424	101	2	103
Resultado do serviço	82.553	(33.129)	49.426	104.992	(59.668)	45.324
Resultado financeiro						
Receita financeira	3.479	(40)	3.439	3.050	-	3.050
Despesa financeira	(17.972)	28	(17.944)	(19.330)	-	(19.330)
	(14.493)	(12)	(14.505)	(16.280)	-	(16.280)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	68.060	(33.141)	34.921	88.712	(59.668)	29.043
Imposto de renda e contribuição social:						
Imposto de renda sobre o lucro	(3.793)	-	(3.793)	(81)	-	(81)
Contribuição social sobre o lucro	(1.824)	-	(1.824)	(1.399)	-	(1.399)
Imposto de renda diferido	12.015	(12.015)	-	(11.253)	11.253	-
	6.398	(12.015)	(5.617)	(12.733)	11.253	(1.480)
Lucro líquido do exercício	74.458	(45.156)	29.304	75.979	(48.415)	27.563

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

21.1. Contratos de concessão

Para elaboração das demonstrações financeiras societárias, a Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC01 (R1) – Contratos de Concessão.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e aos serviços de operação e manutenção, classificados em:

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

21.1. Contratos da concessão--Continuação

(a) Ativo de Concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC.

21.3. PIS e Cofins diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

21.4. Arrendamentos

A Companhia efetuou suas análises a respeito da adoção do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e concluiu que os contratos de arrendamento de veículos e de sua sede administrativa atendem ao escopo deste pronunciamento. Os efeitos do registro do ativo de direito de uso das terras e das obrigações por arrendamento estão sendo demonstrados nessas demonstrações contábeis societárias.

A administração aplicou a abordagem de transição simplificada e não reapresentou os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção.

* * *